

	Ação Educativa
	Documentação
CÓDIGO:	02.01
	Had
	mov Data 28/11/01

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

Sérgio Haddad

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE.

Sérgio Haddad¹

A temática dos movimentos sociais como objeto de análise no contexto das ações coletivas surge no Brasil nos últimos 40 anos.

O Brasil, assim como vários países na América Latina, entre os anos 60 e 70, mergulhou em regime de força e exceção, promovido por uma aliança entre os militares e setores civis da sociedade brasileira, depois de um período de lutas políticas intenso. Com o fechamento dos partidos políticos tradicionais e o controle dos movimentos sindicais, o processo de democratização da sociedade brasileira foi acompanhado pelo surgimento de uma série de ações coletivas, normalmente de base urbana, denominada por novos movimentos sociais.

Tendo por base um intenso trabalho realizado pela ação da Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base (cebs), a população pobre das periferias urbanas forma incentivadas a olhar e interpretar a realidade, para poder atuar movida pela consciência da injustiça social que sofria. Movida pela vigência da teologia da libertação, a ação de leigos e religiosos em praticamente todo o território nacional passou a ser a matriz de um novo modo de se fazer política, a partir de um olhar e da vivência sobre as precárias condições de existência da população.

Grande parte daquilo que se fazia como processo educativo trazia como inspiração política e pedagógica a inspiração de Paulo Freire. Ler a realidade, interpretá-la para poder agir, era o processo que dava inspiração aos trabalhos das cebs. A partir dos bairros periféricos dos grandes centros urbanos ou de regiões mais distantes, o povo pobre foi ganhando consciência e tomando seus destinos nas mãos, passando a exigir dos seus governantes direitos legalmente constituídos e nunca implantados. Saindo às ruas em pequenas manifestações que foram gradativamente sendo ampliadas, a população exigia mais escolas, saúde, transporte, mais e melhores

¹ Sérgio Haddad é professor Universidade Católica de São Paulo, presidente da Associação Brasileira de ONGs e secretário executivo da Ação Educativa

serviços públicos. Os pequenos movimentos se transformaram em grandes manifestações.

Ao mesmo tempo em que lutava por melhores condições de sobrevivência, esta população passou a se descobrir como portadoras de outras dimensões, eram homens e mulheres, brancos, negros, mestiços, populações indígenas, camponeses, jovens, idosos. Dimensões culturais que diferenciavam as pessoas no contexto das lutas por melhores condições de vida. Foi assim que nos processos de luta por creche as mulheres passaram a discutir suas condições de vida como mulher, transformando-se em movimentos feministas. Foram assim que movimentos por luta por terra realçaram as condições da cultura camponesa. O mesmo pode ser dito dos remanescentes de quilombos que se identificaram pela identidade racial.

Os novos movimentos sociais foram se conformando nestas diversas dimensões, lutando por melhores e iguais condições de vida, mas ao mesmo tempo exigindo respeito às diferenças de cada qual.

Com a abertura política, os movimentos sociais passaram a se relacionar com o movimento sindical que renasceu a partir das oposições sindicais ao sindicalismo oficial e pela sua organização no chão da fábrica. Foi um forte apoio nos momentos de greve e de luta sindical, sempre mantendo sua autonomia.

Já fora do contexto da Igreja, as organizações de bairro passaram a apoiar os novos partidos políticos, transferindo muitos dos seus militantes, mantendo sempre um diálogo muitas vezes crítico, em alguns momentos de apoio, em outros de crítica.

Apesar da sua natureza instável e do seu caráter temporal, tais movimentos conformaram forças políticas que não só demandaram novos direitos como apontaram para novas dimensões de luta até então pouco contemplados pelos tradicionais modos do exercício da política.

Implicações para o campo teórico

A presença dos novos movimentos sociais que entraram em cena nos anos 70 no Brasil acabou por trazer para os pesquisadores novos desafios teóricos. O que importa destacar é que a presença dos movimentos sociais na cena pública provocou

um repensar dos tradicionais conceitos explicativos sobre os atores sociais e suas dinâmicas de transformação da sua realidade de existência.

Para Fischer (2000) o alargamento² dos conceitos exige uma atitude cuidadosa, "... uma forma que possa contemplar o novo sem descartar o velho, ou superar sem descartar". Tomando a categoria classe social, o autor analisa os vínculos iniciais que os movimentos sociais tiveram na ênfase das suas lutas e demandas, em especial por parte dos segmentos populares, por melhores condições de vida. Aí, o autor reconhece formas de articulação entre as novas e as velhas categorias. *"Estamos presenciando mudanças também na 'internalidade' de cada uma dessas categorias e não só isso, há um processo que se poderia classificar como de 'transversalidade' (...) para além dos clássicos cenários da vida em sociedade. Somente como um exemplo lembramos as categorias gênero e geração para demonstrar que o movimento de mulheres e de jovens não se adaptam, no quadro analítico e vivido, ao exclusivo nicho fornecido pela categoria classe social."* (p.4)

Martins (1989), propõe que entendamos o próprio conceito de classes sociais a partir das mudanças em sua composição:

"Ao mesmo tempo, essa amplitude maior e esse pluralismo tornaram as classes subalternas estranhas em relação às teorias das classes sociais, apoiadas na idéia da eficácia histórica de uma única classe social, a classe operária. A fórmula conciliatória de considerar a classe operária como classe hegemônica e dirigente das classes subalternas não resolve o problema fundamental (p.129)".

Alguns estudiosos, frente às dificuldades de definição de novas categorias explicativas para as novas dinâmicas da sociedade acabam por orientar para um olhar mais aproximado dos fenômenos sociais, do que para um esforço apenas classificatório em torno da noção de classe social: *"o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento"*. Sader e Paoli (1986) (p.59)

O esforço de compreensão do que vinha ocorrendo no campo das ações

² O autor utiliza a expressão alargamento com o sentido usado por Melucci (1994), quando diz: "Isto nos obriga a 'esticar' estes conceitos até o limite para conseguirmos abordar os problemas que nos interessam".

coletivas, em particular com a presença dos novos movimentos sociais, acabou por fazer com que as tradicionais formas de organização como os sindicatos e os partidos se voltassem a estes movimentos com vistas a uma maior compreensão da sua natureza e potencialidade. É neste retorno aos movimentos e às suas práticas sociais que os atores tradicionais, e por consequência os analistas e intermediários, passam a incorporar lutas específicas para além do campo econômico. Segundo Martins: *“Na volta à base, o processo só tem sentido se enriquecido pela experiência, pelo pensamento crítico e o discernimento que dele decorre. Na volta, o processo só tem sentido se for pluralista, e compreender a diversidade do ‘nós’ e do ‘outro’, se reconhecer as particularidades num e noutra caso, a diversidade dos interesses dos ‘nós’- nossas e nossos aliados. Se reconhecer que o mundo da vida não se limita às oposições econômicas, mas envolve outras oposições e contradições, outras necessidades vitais, que não apenas a necessidade de trabalhar e de comer”* (p.162, 163).

Os espaços públicos como espaço de luta e a questão da cidadania

O cotidiano das lutas sociais, o bairro, as comunidades, os espaços urbanos periféricos passam a ganhar importância analítica frente ao crescimento das lutas na cidade, ampliando os espaços políticos para além do chão da fábrica e dos sindicatos. Os movimentos sociais foram ocupando campos novos de luta política que acabaram por produzir também novos significados entre o público, o privado e o estatal.

Souza afirma que a noção de bem público é o critério fundamental para possibilitar a universalização da democracia e da cidadania:

O público é o que nos permite hoje escapar desse dilema entre privado e estatal, entre mercado e Estado, entre o direito de uns poucos e o de todos. Nesse sentido, o público é o espaço da solidariedade, da igualdade, da participação, da diversidade, da liberdade. Enfim, o público é a expressão da democracia aplicada ao conceito do que deve e pode ser universal. Mas é também um modo de pensar a reorganização da nossa sociedade marcada por esta dicotomia entre o privado e o estatal. (SOUZA, 1995)

As lutas sociais dos novos movimentos acabaram por exigir novos espaços de negociação com o poder público, um campo de negociação direto entre atores e

governantes. Ao analisar o significado das lutas populares por direitos e dos canais de participação popular Teles (1994) afirma que eles:

Podem ser tomados como registros de uma Sociedade Civil emergente, entendendo-se por isso não simplesmente uma sociedade que se estrutura nas regras que organizam interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações sociais são mediadas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses, de tal forma que se torne factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida de equidade e a regra de justiça venham a ser alvo de debate e de permanente negociação. (TELLES, p.100-101)

Para Tarso Genro (1996) esta nova esfera pública não estatal, que incide sobre o Estado, com ou sem suporte de representação política tradicional, é constituída por milhares de organizações locais, regionais, nacionais e internacionais, que promovem sua auto-organização por interesses particulares (desde atenção para doenças, luta pela habitação e pela terra, até entidades de demandas tipicamente comunitárias, etc.) e podem ser mediadoras da ação política direta dos cidadãos por seus interesses, sob seu controle, sem amarrar-se ao direito estatal que regula a representação política.

Trata-se de compartilhar uma nova concepção de reforma do Estado, a partir de uma nova relação Estado-Sociedade, que abra o Estado a estas organizações sociais (e à participação do cidadão isolado) particularmente aquelas que são auto-organizadas pelos excluídos de todos os matizes, admitindo a tensão política como método decisório e dissolvendo o autoritarismo do Estado tradicional sob pressão da sociedade organizada. (Genro, 1996)

A emergência de uma nova cidadania: A Cidadania Ativa

A constituição de novos espaços públicos de negociação e atuação dos movimentos sociais é elemento constitutivo de uma nova cidadania. Tal cidadania distingue-se do conceito clássico que atribui ao estado a garantia e promoção dos direitos, alargando-se para o campo da sociedade civil, espaço de luta e pressão social, a co-responsabilidade na promoção, constituição e controle de tais direitos. No

âmbito da sociedade civil, é importante destacar o papel que vêm cumprindo os movimentos sociais na construção desta nova cidadania e a necessidade da incorporação dos elementos da subjetividade como indispensáveis à transformação dos valores necessários a essa nova prática de cidadania.

Benevides propõe a conceituação de “Cidadania Ativa”, que se distingue da passiva - aquela que é outorgada pelo Estado com a idéia moral do favor e da tutela - e institui o cidadão não só como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. E assim se refere a autora sobre a importância da participação popular:

“Essa cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes”. (1991, p.20)

O efeito concreto da participação direta dos atores sociais no campo democrático dos espaços públicos amplia para novas dimensões participativas, paralelas às tradicionais concepções republicanas que entendem a participação política dos cidadãos apenas pelo voto. Paralela à importante participação da população na escolha dos seus governantes e representantes, o conceito de cidadania ativa aponta para um alargamento do conceito de democracia, unindo a democracia representativa com a democracia direta constituída a partir das lutas sociais. Trata-se de construir um conceito de democracia no qual a conquista do governo, por meio do voto popular, não esgota as possibilidades de participação da sociedade.

Para Abers:

Participação não é apenas uma questão de transferência de responsabilidades públicas aos grupos de cidadãos, mas também refere-se ao crescimento do controle da cidadania sobre o Estado e ao fomento da capacidade do indivíduo comum entender e decidir sobre assuntos que afetam suas vidas de modo mais geral (1997, p.9)

Um dos primeiros estudiosos que analisaram os novos movimentos sociais da década de 70 no Brasil, Kowarick (1977) já apontava para uma nova dimensão do alargamento do conceito de democracia. Considerava a necessidade de uma compreensão diferenciada da sociedade civil que permitisse, a despeito da fragilidade dos atores, do caráter muitas vezes pontual das lutas e dos impedimentos de

manifestações autônomas, reconhecer os caminhos a partir dos quais ela constituía demandas, lutava por direitos, propunha conflitos e orientações diversas daquelas formuladas pelas elites. Sua conclusão reiterava uma concepção clara sobre a cidadania ao afirmar que *“a ampliação e a garantia dos direitos e deveres implícitos no exercício da cidadania supõem, de imediato, a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, o de debater os destinos desse desenvolvimento.”*

O que se busca com esta ampliação do conceito de democracia e cidadania é confrontar com as perspectivas neoliberais que em nome da participação da sociedade civil acabam por desresponsabilizar o estado pela garantia e ampliação de direitos. Ao contrário, o que se busca é ampliar o poder cidadão, através da participação direta dos atores sociais que em conjunto com outras formas de representação conformam a presença da sociedade civil na extensão, no controle e na garantia dos direitos de cidadania.

Trata-se de um projeto hegemônico que pressupõe a proliferação dos movimentos sociais de base, a presença de um sindicalismo combativo e politizado (o que não é sinônimo de partidariado) e a mediação política de partidos programaticamente estruturados e socialmente homogêneos (o que não é sinônimo de ideologizados ou estreitamente classistas). Precisamente por visar a uma democracia de massas, há aqui o empenho em combater a apatia, reforçando a participação política organizada do conjunto da cidadania, condição mesma para o êxito do projeto. Esse modo de estruturação política e social certamente reconhece o pluralismo de interesses, mas busca ao mesmo tempo construir uma vontade coletiva majoritária, capaz de articular esses múltiplos interesses por meio da gestação de um espaço público onde se combinam hegemonia e pluralismo. ... Essa democracia de massas aparece assim como o quadro institucional no qual profundas reformas de estrutura, resultados da construção de amplos consensos majoritários, podem abrir o caminho- o único caminho possível e desejável- para a progressiva construção de uma sociedade socialista em nosso país. (Coutinho 1991, pp.100-101)

O contexto da globalização

A erosão dos direitos sociais nos últimos anos nos faz mais conscientes para a necessidade de revitalizar os direitos de cidadania.

Durante este século, as despesas públicas e privadas de consumo se ampliaram enormemente. Em 1998 elas atingiram a cifra de 24 trilhões de dólares. Em 1975 elas eram a metade deste valor. Em 1950 eram 6 vezes menores. Em 1900 eram 16 vezes menores.

Mesmo nos países do Sul houve melhorias significativas na qualidade de vida dos povos. Uma criança nasce hoje com uma esperança de vida 16 anos maior do que se nascesse em 1965. De 1970 a 1992 praticamente dobrou a taxa de escolarização feminina no ensino primário e secundário passando de 38% a 68%. Nestes últimos quinze anos dois bilhões de pessoas passaram a ter acesso à água potável.

No entanto, hoje, 20% dos seres humanos que vivem nos países mais ricos consomem 86% dos bens produzidos pela humanidade. Os 20% que vivem nos países mais pobres não consomem mais do que 1,3% do total. Em 1960 a diferença de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 30 para 1. Em 1995 essa diferença era de 30 para 1, em 1995 essa diferença atinge a proporção de 82 para 1.

Nos países industrializados existem hoje mais de 100 milhões de pessoas em situação de pobreza e com grandes problemas de moradia. A porcentagem de pobres varia de 7% a 17% da população total nestes países.

Não se trata mais de um desenvolvimento menos acelerado nos países do Sul. O que está ocorrendo nos últimos 30 anos é uma regressão econômica que afeta significativamente a qualidade de vida de grande parte da sua população. Na África, por exemplo, o consumo de uma família hoje é 20% menor que 25 anos atrás. Mais de 100 países dentre aqueles considerados subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento apresentaram uma queda na sua renda per capita no curso dos últimos 30 anos. Nada menos que 3 bilhões de pessoas, dos 4,4 bilhões que habitam

esta região do planeta, vivem hoje com menos de US\$ 2,00 por dia, considerado pelas Nações Unidas como o mínimo para a sobrevivência. 1 bilhão de pessoas é analfabeta.

600 empresas transnacionais que comandam 25% da economia mundial e 90% do processo de inovação tecnológica. Os países do G7, liderados pelos Estados Unidos comandam politicamente esta hegemonia e se utilizam também dos organismos internacionais como o FMI, a OMC, o Banco Mundial, para ditar as regras assimétricas das relações de mercado. EUA-Japão-Comunidade Econômica Européia juntas somam um PIB de cerca de 17 trilhões de dólares. Em 1994, 79% do total de investimentos externos em países em desenvolvimento foram para apenas 10 países. Na América Latina o acesso a estes investimentos está condicionado ao avanço das reformas liberalizantes.

Em 1970 a dívida dos países pobres somava US\$ 270 milhões, em 1998 ela atinge US\$ 2,2 trilhões, um crescimento de 8% anuais enquanto estas economias não cresceram a mais que 3% ao ano, em média.

Frente a esta conjuntura de globalização e crescente exclusão social, podemos notar também uma crescente presença pública da sociedade civil nos espaços internacionais de influência e pressão. Não são poucas as formas de articulação entre atores da sociedade civil, em diversas estratégias de troca de informações, análises, e participação no contexto global das mobilizações.

Assim tem sido a constante presença no ciclo de conferências internacionais promovidos pela ONU, desde a Conferência sobre o Meio Ambiente, a Rio 92 no Rio de Janeiro até mais recentemente na África do Sul, com a Conferência sobre o Racismo. Assim tem sido com as grandes manifestações de massa a partir de Seattle até Gênova, ou em encontros com a natureza do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Quais as características destas redes de atuação? São redes temáticas, muitas delas constituídas por relações virtuais, aproveitando-se das novas tecnologias contemporâneas, unindo práticas sociais diversas. São também referências simbólicas de orientações éticas e política, para sujeitos individuais e coletivos situarem-se e agirem; são canais de solidariedade, chamados a buscar soluções e apoiar iniciativas

em face de problemas que afetam ao público-alvo; são um conjunto de práticas sociais dispersas, com autonomia entre si, com agendas e projetos próprios, mais abertos a parcerias, intercâmbios e cooperações ou receptivos a mobilizações em decorrência de afinidade ética ou políticas; são referências de reconhecimento de uma condição de sujeito e de um lugar de pertencimento, em contraposição à exclusão ou aniquilamento dos sujeitos. (Scherer-Warren, 1998)

São estas redes que acabaram por produzir importante presença pública nas demandas sociais frente a governos traduzidos em acordos internacionais, no monitoramento das ações de governos e organismos internacionais, no debate e na informação pública internacional sobre os efeitos e as conseqüências sociais dos processos de globalização, nas propostas por constituição de um mundo mais justo e democrático.

As redes, normalmente temáticas, acabam se reunindo e conformando junto com outros atores sociais dispersos e de naturezas variadas manifestações simbólicas de massa, um novo modo de atuar como ação coletiva global. Alimentando-se do substrato social das redes identitárias, estabelece-se como uma espécie de rede de redes para promover processos mobilizatórios. No entanto, vão além das características próprias das redes na medida em que, ao atuarem na esfera pública, são construtores de subjetividades simbólicas e políticas para além de seus grupos de referências. Tais manifestações de massa, através do impacto midiático e do efetivo constrangimento que têm imposto aos organismos internacionais, apresentam-se com pouca densidade organizacional e institucional, pouco estruturados, de difícil entendimento a partir das teorias clássicas sobre as ações coletivas (Scherer-Warren, 1998)

Para Boaventura Santos: *“está em curso uma globalização alternativa. (...) Esta opinião pública mundial começa a dar vida a centenas de milhares de organizações não governamentais, e de redes de advocacia transnacional que vão organizando a resistência à globalização hegemônica e formulando alternativas que, na cacofonia da sua diversidade, têm em comum a ideia de que a dignidade humana é indivisível e que só pode florescer em equilíbrio com a natureza e numa organização social que não reduza os valores a preços de mercado”*.

Implicações para o campo teórico

O movimento de globalização trouxe consigo novas preocupações teóricas a serem consideradas no campo das análises das ações coletivas e dos movimentos sociais. Particularmente, impacta a relativização dos estados nacionais quanto à sua responsabilidade diante dos direitos de cidadania. Eles sempre foram a principal referência política dos movimentos sociais, principalmente na América Latina. A realidade da democratização dos estados nacionais latino-americanos neste final de século confrontou-se com situações de crise econômica, globalização e políticas neoliberais. Grande parte do poder dos Estados nacionais passou a ser condicionado pelo enorme papel dos capitais financeiros internacionais. Desta forma, a interlocução que era buscada na esfera governamental ou na denuncia de impossibilidade de diálogo e negociação durante os regimes ditatoriais se relativiza, na medida em que muitos problemas transcendem a esfera de soluções nacionais, ampliando o campo de luta política para além das fronteiras nacionais.

Frente a este quadro, Scherer-Warren (1998) procura identificar os elementos novos de análise que poderiam impactar o tema dos movimentos sociais no contexto da globalização. Identificando que os estudos contemporâneos oscilam entre duas matrizes, uma de natureza mais filosófica, normativa com relação aos temas da ética e da política, e outra de natureza sociológica, que procura interpretar o tema da ética e da política no contexto do movimento da sociedade, a autora opta pela filosofia política, campo de estudos que busca o diálogo entre as duas tendências. Elegendo pares de conceitos/categorias trata de analisá-los para efeito dos estudos sobre movimentos sociais.

O primeiro destes pares é o da exclusão/inclusão. Identifica como em um mundo de globalização, vários estudos demonstram como vão se produzindo ao mesmo tempo processos de exclusão ou de incorporação problemática de enormes contingentes da população mundial. Isto pode ocorrer tanto sob o ponto de econômico, onde grandes contingentes populacionais nos países do terceiro mundo e mesmo nos países desenvolvidos acabam sendo incluídos do consumo e da produção

de bens e serviços, cada vez mais concentrados e globalizados nas mãos de uns poucos, conforme vimos anteriormente. O mesmo se pode dizer da relação entre as culturas globais e a globalização de comportamentos frente ao crescimento de comunitarismos, particularismos e o crescimento de movimentos religiosos particulares. Ou ainda a contradição entre o crescimento das redes de comunicação face ao enorme contingente de pessoas que não tem acesso aos seus recursos.

Conclui a autora: *“O que estes estudos trazem de fundamental é a idéia da necessidade de analisar os contextos e processos históricos que vêm gerando paradoxos entre uma integração sistêmica e uma desintegração civilizatória, e a compreensão sobre os mecanismos possíveis e as forças sociais alternativas e de resistência a esse processo”*.(p. 20)

Um segundo par de conceitos analisado pela autora é o do universalismo/diferenciação ou universal/particular. Como conciliar valores e princípios universais com aqueles particulares? *“Se, do ponto de vista ético, o princípio universal da igualdade e do respeito à diferença são perfeitamente conciliáveis, do ponto de vista político as estruturas e relações de poder frequentemente privilegiam um em relação ao outro”*.(p.21)

Na busca por uma solução a autora vai encontrar em BOAVENTURA SANTOS (1997) sugestões para superar a antinomia entre o universalismo dos valores igualitaristas e o respeito às diversidades culturais:

Das diferentes versões duma dada cultura deve ser escolhida aquela que representa o círculo mais amplo de reciprocidade dentro dessa cultura, a versão que vais mais longe no reconhecimento do outro.

As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

O terceiro par de conceitos é aquele relativo ao sujeito e o movimento. Como tratar o dilema que se coloca entre o grau desejável de autonomia individual (a individualização) e a submissão ao movimento (a coletivização, ou o coletivo, conforme a militância de tradição marxista)

Para os pós-modernistas o mundo caminha para os individualismos não havendo razão mais para falar em movimentos sociais e sim para ações de massa,

ideologicamente sem organicidade. Para outros, as identidades são parciais e múltiplas para cada sujeitos, dependendo de formas específicas de identificação. Não há agente social estruturalmente unificável. Portanto os movimentos sociais são frutos de articulação sempre contingentes e variáveis. Uma outra possibilidade é o de considerar o sujeito não como indivíduo, ainda que construído através do indivíduo. O sujeito é o desejo do indivíduo de ser ator. Torna-se sujeito enquanto agente de formação das e pelas identidades coletivas e/ou de projetos de transformação por meios de relações de alteridade, isto é, do reconhecimento interpessoal e também institucional do outro como sujeito. Os sujeitos emergem de um processo de construção coletiva de valores e práticas, resultante de uma rede múltipla de atores e organizações. (Scherer-Warren, 1998, p.23)

Finalmente a autora trata do tema do multiculturalismo e da interculturalidade, acabando por defender, frente a diversidade de culturas na sociedade global, uma perspectiva interculturalista. Dentro desta perspectiva, *“a construção das identidades políticas e associativistas deverá ser pensada a partir de uma epistemologia dialógica, isto é, como fruto das experiências sociais e processos de trocas e interações intersubjetivas entre atores ou grupos sociais. É através do encontro com o outro que se constrói a identidade específica, individual ou coletiva. Assim sendo, do ponto de vista da construção de uma sociedade democrática os processos de subjetivação coletiva remetem também às interações e participações na esfera pública, isto é, para a construção da cidadania e pressupõem processos e movimentos educativos adequados a esse fim”*. (Scherer-Warren, 1998, p.24)

Todas estas contradições se apresentam no campo global das manifestações de massa através de redes de interesses e de disputas políticas e simbólicas.

1. O tema da educação e movimentos sociais

O primeiro campo de aproximação entre educação e ações coletivas pode ser identificado já na década de sessenta, no campo da chamada Educação Popular. Tendo a matriz freiriana como elemento central, tanto no Brasil, como na América Latina, a partir da década de sessenta, uma série de práticas e reflexões foi sendo

produzida procurando aproximar a luta de grupos populares com a necessária formação dos seus atores. Trata-se de fazer da educação um campo integrado nas ações coletivas, tornando-se elemento fundamental na formação dos atores sociais e no desvelamento da realidade, visando ganhos de consciência com vistas a transformação social.

Nas décadas de 70 e 80, a presença dos movimentos populares pode ser observada no contexto de luta por abertura de vagas e pela democratização do acesso no sistema de ensino, particularmente na luta por oportunidades de acesso à escola pública.

Mais tarde, no contexto da democratização das sociedades latino-americanas, nasce a idéia de participação da sociedade civil, sobretudo dos grupos e movimentos organizados, na formulação, implantação e acompanhamentos das políticas públicas, em especial nas áreas sociais. Surgem os conselhos de participação popular, o tema da democratização da gestão escolar - com crítica às formas tradicionais de relação da escola com os seus usuários, como associações ou círculos de pais e mestres - e, em consequência na investigação de novos mecanismos de gestão colegiadas das unidades escolares como os conselhos de escolas e a eleição direta de diretores.

Uma nova etapa de interação entre movimentos sociais e educação localiza-se no contexto das práticas escolares. O desafio seria o de como integrar o cotidiano das práticas escolares com os temas e processos democráticos efetivados a partir das lutas sociais.

A crescente participação dos movimentos sociais e das ações coletivas nacionais e internacionais aponta para uma nova dinâmica de construção dos direitos humanos nas sociedades atuais. A participação da sociedade civil de forma ativa indica um caminho onde lutar e participar significam ganhar consciência e construir cidadania, atuando sobre os destinos da nação e influenciando no processo de globalização excludente.

No entanto, se a condição de cidadania parte da premissa da idéia de igualdade entre os seres humanos, o mais evidente desde o ponto de vista empírico

são as dessemelhanças entre os seres humanos. Este é um tema que os educadores tomam para si como desafio político e pedagógico.

A busca por uma cidadania plena constitui o grande projeto a partir do qual surge uma agenda de problemas para se considerar a partir da educação. Segundo Sacristan (2001) a metáfora da cidadania opera no sentido propositivo para imprimir uma direção à prática educativa e preenchê-la de conteúdos, bem como atua como lente para realizar uma leitura crítica da insatisfatória realidade.

Discutindo a relação entre cidadania e educação, Sacristan (2000) indica o paralelismo que existe entre a capacidade criadora da educação e a da cidadania democrática. A educação pode colaborar na construção do cidadão, estimulando a participação responsável através do desenvolvimento da racionalidade, a autonomia do pensamento e das virtudes cívicas, o pensamento crítico, a sensibilidade para os que são diferentes dele, a cooperação, a capacidade de dialogar para resolver conflitos, a compreensão das interdependências em um mundo globalizado, a preocupação com os direitos humanos. São elementos constitutivos de uma educação para a cidadania.

A participação na vida social requer seja alimentada por uma educação para a vida democrática. Não cabe só olhar os espaços educativos como nutridores das raízes da democracia, mas também como espaços sociais a experimentar a micro política na sua organização, no seu entorno e nas práticas educativas cotidianas. Sacristan (2001}

Para o autor, a cidadania proporciona um marco de referências, de normas e de valores em função das quais devermos pensar e realizar a educação. Ela ajuda a emancipar sociedades. Os discursos profissionais têm deixado de lado a utopia, o sonho de realizar o distante, o impossível. Por outro lado recomenda que o conceito de cidadania deve ser reconstruído dentro dos marcos políticos econômicos e culturais de um mundo globalizado, e não mais dentro do marco político clássico em que nasceu e se desenvolveu. Para nós, educadores, cobram vigência dentro de um quadro onde se deve fortalecer os espaços públicos onde os indivíduos se sintam comprometidos frente as destruição das relações sociais das grandes cidades; a violência e a marginalização massiva; a destruição das velhas redes de solidariedade,

barradas pelo individualismo; a destruição dos estados de bem estar que vertebram a fraternidade; a perda da capacidade integradora dos laços familiares; o vazio da política e da democracia, carente de canais de comunicação entre os cidadãos e entre estes e a classe política; a perda do protagonismo do cidadão; a subtração dos cidadãos das decisões dominadas pelos especialistas; a invasão dos meios de comunicação;

Tanto para Sacristan quanto para Touraine (1997) o “sujeito” é fundamental na trama de significados que guiam nossas formas de ver os destinatários das práticas pedagógicas, e nas formas de entender a contribuição da cultura para o desenvolvimento pessoal.

Touraine (1997) considera que a educação deve ser baseada na dimensão dialógica da cultura contemporânea com vistas a construir uma escola social e culturalmente heterogênea; ao mesmo tempo deve ser um lugar de diálogo intercultural, produtor de um conhecimento novo que leve em conta esta realidade, as temporalidades socialmente vivenciadas e as territorialidades de referências dos grupos sociais em contato.

Portanto tanto a escola cidadã, construída a partir do sujeito deve estar sintonizada com as forças culturais sinérgicas da sociedade envolvente, assim como os movimentos sociais devem estar atentos para o que se transmite nas escolas.

Muitos podem ser os exemplos de influências no contexto escolar dos movimentos construídos na dinâmica da sociedade civil. Um exemplo destas ações está no campo das relações de gêneros. A partir do questionamento ao tipo de relação existente entre homens e mulheres, passou-se a estudar as formas discriminatórias de acesso e permanência nos sistemas de ensino. Ao mesmo tempo foram denunciadas as discriminações ocorridas para pessoas de sexos diferentes em iguais postos de trabalho. Os movimentos feministas criticaram o tipo de interação entre os sexos, as concepções e práticas socializadoras na sala de aula, buscando superar a desigualdade entre gêneros. Assim, além de procurar formas alternativas de educação no interior dos próprios grupos, tradicionalmente concebida como de educação popular, as demandas dos movimentos feministas, em alguns países, passaram a questionar o cerne e da atividade pedagógica e a influenciar a natureza da proposta educativa

oferecida pela escola. Esses atores constituíram um conjunto importante de críticas ao padrão dominante de socialização de jovens e mulheres, tentando constituir, ao mesmo tempo um novo conjunto de orientações e modelos culturais. Embora de difícil aferição, não se pode desconsiderar o seu impacto na cultura escolar, pois esses temas criaram um novo reconhecimento público da questão, propiciando, um alargamento das fronteiras das relações entre educação e democracia.

A mesma questão pode ser encontrada a partir do movimento negro, e das suas interações com o processo escolar. Este é um tema que estamos vivenciando no momento. Movimentos negros no processo de democratização brasileiro procuraram a construção de orientações comuns dos atores coletivos negros e a proposta de alternativas capazes de imprimir novas práticas nas relações intra-escolares. Algumas das reivindicações chegam a ser incorporadas em currículos do sistema público de alguns estados, municípios ou nas propostas inovadoras de formação de professores que vêm sendo estudadas em poucas dissertações de mestrado na área da Educação. O conjunto dessas iniciativas tinha e tem em vista a inclusão de temas relativos à população afro-brasileira no universo escolar, sua importância histórica e cultural na formação da sociedade brasileira e a explicitação das formas veladas da dominação social vividas na relação com o branco, expressas no preconceito e no racismo.

Juventude, movimentos sociais e educação

Durante muitos anos o tema juventude ficou esquecido como universo temático das investigações no campo das ciências sociais e educação em função do privilegiamento de outras categorias mais afeitas ao rigor marxista dos anos 70.

Ao mesmo tempo, os impasses no campo da educação relativos à presença do jovem nos sistemas públicos de ensino se agravaram de forma considerável. Se os indicadores relativos ao perfil do jovem em relação ao sistema de ensino permitem um certo consenso frente à urgência de ampliação efetiva das oportunidades de acesso à escola, algumas questões devem ser analisadas sob a ótica das práticas e expectativas desse segmento. De um lado, o crescente aumento das matrículas não

superou um distanciamento existente entre a realidade escolar e o mundo juvenil³. Embora vislumbrem no acesso à escola as ferramentas necessárias para o seu credenciamento e habilitação para disputar as escassas oportunidades do mercado de trabalho, os jovens tendem a recusar, impor resistências variadas ou, ao menos, explicitar uma certa indiferença à ação pedagógica da unidade de ensino. As relações contraditórias com a educação escolar tanto se revelam nos índices elevados de agressões aos prédios ou a professores, expressas na denominada violência escolar⁴, como podem se evidenciar nos mecanismos que gestam apatia ou indiferença às práticas escolares cotidianas. Nessa paisagem, muitas vezes é preservado apenas o espaço de sociabilidade, valorizado nos encontros entre os pares que a vida escolar oferece.

Os problemas que afetam a escolaridade de jovens remetem para questões de natureza mais geral que incidem sobre a perda de eficácia das instituições tradicionalmente encarregadas de sua socialização - família e escola - no âmbito das grandes transformações da sociedade moderna que propõem novas necessidades e modos diversos dos tradicionais para a sua resolução.

Essas questões apresentam-se como desafios ainda mais significativos, quando se trata de compreender o campo atual da Educação de Jovens e Adultos, hoje transformada praticamente em uma educação para a população jovem empobrecida.

A instituição escolar tem encontrado dificuldades em construir imagens mais significativas para os projetos escolares a serem compartilhadas com os jovens, que ultrapassem as necessidades de habilitação para o trabalho e incidam sobre as identidades culturais, a subjetividade – a formação de sujeitos - e a participação na esfera pública. Por essas razões espaços educativos como as instituições escolares devem ser repensadas no quadro de uma proposta cultural mais ampla para os jovens.

Dentro desta perspectiva, Spósito (2000), analisando a relação entre o tema da juventude, movimentos sociais e educação, pergunta:

³ Alguns estudos já apontaram essa distância, a este respeito consultar Freitas, 1995; Marques, 1995; Guimarães, 1995; Dayrell, 1996. As pesquisas realizadas por François Dubet e Danilo Martucelli na França examinam essa questão sob a ótica do enfraquecimento da capacidade socializadora da escola, propondo o conceito de experiência como forma de abordagem das relações vividas pelos estudantes no interior da crise das instituições socializadoras (Dubet e Martucelli, 1996; Dubet, 1991).

Seria, pois, pertinente a inclusão do tema Juventude no âmbito das investigações atuais sobre as ações coletivas e os movimentos sociais no Brasil? Esta empreitada propiciaria um olhar matizado e rico para abrir novas perspectivas para a compreensão da escola pública no seu diálogo/confronto com os atores coletivos?

Ao considerar as diversas formas de ações coletivas dos jovens, Spósito acaba definindo tais ações como redes conflituosas, conceito emprestado de Melucci, no sentido de uma aproximação com o tema dos movimentos sociais, que seriam formas da produção cultural, ou seja, ativação de condutas em torno de conflitos, mesmo que em práticas ainda emergentes.

Entre as diversas formas de conflitos identificadas como emergente e passíveis de estudos nesta linha de investigação a autora aponta inicialmente o pólo consumo/produção cultural. Frente aos temas atuais da internacionalização da indústria cultural e da formação do mercado consumidor jovem, destaca-se o tema do consumo cultural como elemento propiciador da construção das identidades juvenis. Identifica ainda o tema da produção cultural manifesta na formação de grupos musicais e outras formas de expressão como a dança, o teatro e a poesia (Spósito, p.92). Reconhecendo particularmente o rap e o funk como manifestações culturais de conflito, aponta que esses fenômenos indicam um modo peculiar de negação de mecanismos de dominação social e étnica que atinge os setores juvenis mobilizados em torno desses estilos.

“ A variedade dos grupos, o seu caráter mais ou menos violento, a diversidade de experiências que propiciam geram ritmos e possibilidades diferenciados; constituem, de modo tenso e conflitivo, um campo inovador da cultural, especialmente da música e da dança, como conseqüências diversas no âmbito do fortalecimento das novas identidades individuais e coletivas. Alargam-se, ao mesmo tempo, a possibilidade de auto-reconhecimento, de reflexão e compreensão do mundo na condição de sujeito e a capacidade de estruturação do agir coletivo que, ao se iniciar pelas práticas culturais ou de lazer, é, muitas vezes,

ampliado para outras dimensões da vida. Podem decorrer, deste tipo de mobilização cultural, mesmo que de forma fragmentada e incipiente, um outro modo de interação com as instituições socializadoras, como a escola, e nova atribuição de significados ao trabalho ligado à idéia de autonomia, cooperação e de solidariedade não predominante nas condições atuais de emprego.” (p. 85)

Outra polaridade identificada pela autora é a da construção de pautas de significados alternativas às interpretações dominantes. Resgata-se a importância da palavra, como é o caso dos rappers, da circulação de idéias pela imprensa alternativa como os fanzines e algumas das iniciativas em torno das rádios comunitárias, ou um outro significado para o jogo do corpo pela dança.

Um outro eixo de conflitividade identificado é o das ações voluntárias e dos movimentos que envolvem práticas de solidariedade. Mesmo que de forma fragmentada, fluida e instável, na ação voluntária protagonizada pela juventude há uma espécie antecipação da utopia, anunciando hoje, e de forma profética, uma outra possibilidade de vida em conjunto. Essa motivação que emerge nas sociedades complexas e que encontra nos segmentos juvenis uma disponibilidade, mesmo que difusa, conteria elementos antagonistas porque desafiaria o poder, ao inverter a lógica dominante instrumental, construindo alternativas de sentido. Na experiência do agir altruístico, na apaixonada ação voluntária está presente uma recusa da racionalidade do cálculo, da eficiência da técnica. Da maximização da relação fins e meios que se opõe à gratuidade do dom. (Spósito p.87)

Uma última polaridade identificada é relativa ao trabalho, onde, frente ao crescente desemprego e exclusão dos grupos juvenis do mercado de trabalho, ações coletivas e solidárias de grupos de jovens. Aparecendo como uma alternativa ao desemprego, as iniciativas também contemplam novas concepções em torno do trabalho e de suas formas de sociabilidade. (Spósito, p.88)

Frente a estas diversas dimensões de conflitividade protagonizadas pelos grupos juvenis, e considerando os sistemas educativos e a escola como possíveis locus de conflitos sociais, tendo em vista o conjunto das mudanças que afetaram as sociedades nos últimos anos e a própria importância do acesso à informação e ao

conhecimento como formas de dominação e controle social, a autora identifica um campo de convergência entre estes dois mundos.

Considerando por um lado o plano dos sistemas escolares de ensino onde a extensão das vagas não foi acompanhada por uma necessária qualidade que pudesse efetivamente democratizar o acesso para as camadas populares, e, por outro lado, o sistema produtivo na sua fase de reestruturação com aumento do desemprego e o fechamento de postos de trabalho, particularmente para os grupos mais fragilizados, a autora identifica duas questões:

De um lado, o enfraquecimento da capacidade de ação socializadoras da escola sobre a maioria dos jovens, que mantêm com ela uma relação de distanciamento construído no interior da condição de alunos, e de outro, o predomínio de uma relação instrumental em que a busca de alguma certificação se torna o móvel fundamental do projeto escolar. Para aqueles que não estruturam uma experiência positiva com a instituição escolar, o seu processo de subjetivação ocorre fora ou contra a escola e a violência revela uma de suas facetas.

Um caminho possível para superar tais distanciamentos estará dado pela condição natural de aproximação do universo da escola com as práticas culturais juvenis. No entanto, a autora vai mais longe, e propõe um passo a mais no sentido da escola assumir para si a responsabilidade de formação destes jovens, não como aluno, mas como ator coletivo.

“Trata-se de pensar a escola como mais um dentre os espaços propícios à constituição de sujeitos que tentam compreender sua presença no mundo e buscam construir projetos em condições desafiadoras e adversas impostas pela sociedade atuais” (Spósito P. 90)

Bibliografia

- ABERS, Rebecca. (1997). *Inventing Local Democracy: Neighborhood Organizing and Participatory Policy-Making in Porto Alegre, Brazil*. tese de doutoramento, University of California, Los Angeles, EUA.
- BENEVIDES, Maria Vitória. (1991). *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática.

- COUTINHO, Carlos Nelson. (1992). Democracia e Socialismo. *Coleção Polêmicas do Nosso Tempo*, nº 51. São Paulo: Cortês Editora e Editora Autoras Associados.
- _____. 1994. *Marxismo e Política*. São Paulo: Cortez Editores.
- _____. (1991). Democracia e Socialismo no Brasil de Hoje. In: IBASE. *A Democracia como Proposta*. Rio de Janeiro, pp. 93-112.
- DAYRELL, Juarez (1996). "A escola como espaço sócio-cultural". In DAYRELL, J (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG
- DUBET, François, (1991). *Les lycéens*. Paris: Seuil
- DUBET, F e MARTUCELLI, D, (1996). *A L' école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil
- FISCHER, Nilton Bueno. (2000). *Movimentos Sociais e Educação: uma reflexividade instituinte*. mimeo, 30p.
- FREITAS, Maria Virgínia de, (1995). *Jovens no ensino supletivo: diversidades de experiência*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP (Dissertação de Mestrado)
- HADDAD, Sérgio, (1998). *A educação escolar no Brasil* (mimeografado)
- HADDAD, Sérgio e SPOSITO, Marília Pontes, (1999), *Juventude e Escolarização* (mimeografado)
- GENRO, Tarso. (1995). Estado Globalizado e Esfera Pública Civil. *Folha de S. Paulo*. 18/07/1995, p.1-3.
- GUIMARÃES, Eloísa (1995). *Escolas, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, PUC/RJ (Tese de doutorado).
- KOWARICK, Lucio.(1977). O mito da sociedade amorfa e a questão da democracia. *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, 7 ago.
- LTP – Laboratório de Psicologia do Trabalho (1998). *Violência nas escolas públicas*. Brasília: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília/ CNTE
- MARQUES, Maria Ornélia da Silveira (1995). *Os jovens na escola noturna: uma nova presença*. São Paulo: Faculdade de Educação/USP (Tese de Doutorado)
- MARTINS, José de Souza (1994). *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, José de Souza. (1997). Sociologia e Militância. Entrevista. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, n. 31, Volume 11 – Número 31, pp.: 137-187.

- MELUCCI, Alberto (1994). Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento – entrevista a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 40, pp.: 152-166.
- SADER, Eder & PAOLI, Maria Célia. (1986). Sobre Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (org). *A Aventura Antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1998). Movimentos em cena...e as teorias onde ficam? *Revista Brasileira de Educação*, no. 9. São Paulo
- SOUZA, Herbert. 1995. Em nome do bem público. *Folha de S.Paulo*. 28/06/95. p.03
- SPÓSITO, Marília. (2000). Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. *Revista Brasileira de Educação*, no. 13. São Paulo.
- TELLES, Vera da Silva. (1994). Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: Dagnino, Evelina (org.). *Anos 90 Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, pp. 91-102.
- TOURAINE, Alain (1987). *El regreso del actor*. Buenos Aires. Editorial Universitária.